

Processo de nativização do Português na Língua Brasileira de Sinais: escopo datilológico

Nativization process of Portuguese in the Brazilian Sign Language: fingerspelling scope

Humberto Meira Araújo Neto¹

Jair Barbosa da Silva²

Camila Tavares Leite³

Resumo

Este artigo objetiva discutir as possibilidades de nativização de um tipo específico de empréstimo que ocorre entre línguas de modalidades diferentes, os chamados empréstimos transliterais, neste caso, provenientes do Português e endereçados à Libras. Para tal, foi realizada uma revisão de literatura sobre o assunto, cuja conclusão, aponta para duas possibilidades de abordagem desse processo, sendo uma mais nativizada, chamada de lexicalizada e, outra mais alógena, à qual chamamos de neutra. Ambas abordagens encontram respaldo em modelos descritivos enquadrados, respectivamente, como modelo de evidência visual, sustentado por Wilcox (1992), Akamatsu (1982 apud WILCOX, 1992), Padden e LeMaster (1985 apud WILCOX, 1992), Brentari (2010) e o modelo letra-por-letra, sustentado por autoras brasileiras como Nascimento (2010), Gesser (2009), Brito (2010) e Nascimento (2009).

Palavras-chave: Nativização. Empréstimo linguístico. Libras. Português. Datilologia

Abstract

This paper aims to discuss the possibilities of nativization of a specific type of loan that occurs between languages of different modalities, the so-called transliterate loans, in this case from Portuguese and addressed to Libras. To this end, a literature review on the subject was carried out, the conclusion of which points to two possibilities for approaching this process, one more naturalized, here called lexicalized, and the other more allogeneic, here called neutral. Both approaches are supported by descriptive models framed respectively as a visual evidence model, supported by Wilcox (1992), Akamatsu (1982 apud WILCOX, 1992), Padden e LeMaster (1985 apud WILCOX, 1992), Brentari (2010); and letter-by-letter model, supported by Brazilian authors such as Nascimento (2010), Gesser (2009), Brito (2010), Nascimento (2009).

Keywords: Nativization. Linguistic Loan. Libras. Portuguese. Fingerspelling

Recebido em: 03/03/2020

Aceito em: 30/12/2020

¹ Universidade Federal de Alagoas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7820-7843>.

² Universidade Federal de Alagoas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6161-2287>.

³ Universidade Federal de Uberlândia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4269-8430>.

Introdução

Um fenômeno muito comum entre as línguas humanas são as trocas linguísticas. Diante de línguas em contato, falantes podem realizar trocas entre suas próprias línguas e as demais, a partir de tomadas de empréstimo linguístico. Quando isso ocorre, o termo emprestado passa por um processo de acomodação, no qual o falante recupera, em seu dicionário mental da língua adicional, a representação subjacente desse termo e gera, na superfície, esse mesmo termo – enquanto fala – em sua primeira língua. Esse processo recebe o nome de *nativization-through-production* (CALABRESE e WETZELS, 2009), responsável por conferir uma aparência vernácula a termos alógenos.

Quando as línguas envolvidas possuem um mesmo canal de transmissão, podemos prever, e/ou identificar, padrões de regularidade na nativização de empréstimos. No entanto, quando as trocas ocorrem entre língua oral e língua de sinais, não parece ser tão óbvia a possibilidade de nativização.

Esse tipo de empréstimo tem sido cada vez mais comum entre Libras e Português, devido a um contexto nacional peculiar resultante de uma política linguística voltada à Libras. Trata-se da constituição de ambiente bilíngue e bimodal, cujo tema é abordado em nosso primeiro tópico.

Em seguida, apontamos os caminhos teóricos abertos pela ideia de nativização, levando em conta que as modalidades envolvidas nesse processo são diferentes. Para isso, faz-se necessário deslocarmos o assunto do solo fonoarticulatório e emergirmos num recorte de modalidade visuoespacial: a datilologia, item subsequente.

Como desfecho do trabalho, trazemos dois modelos de descrição do sistema datilológico. A partir deles, concebemos algumas conclusões sobre a possibilidade de nativização entre modalidades diferentes e refletimos como esse processo contribui para uma discussão mais abrangente sobre a estrutura das línguas de sinais.

Política linguística e contexto intermodal

As abordagens educacionais para pessoas surdas, no Brasil, passaram por diversas modificações até a proposta vigente conhecida como Bilinguismo, à qual compreende a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como sendo a primeira língua (L1) da pessoa surda e o Português brasileiro como sendo a sua segunda língua (L2). Esse entendimento perpassa a esfera educacional e alcança uma dimensão social mais ampla, culminando na publicação da Lei n. 10.436/2002 e do Decreto n. 5.626/2005.

Os documentos dispõem sobre o reconhecimento, uso e difusão da Libras como língua da pessoa surda, assegurando a sua aprendizagem e acesso pelo surdo em todos os níveis de ensino e fomentando-a em diversas instâncias, mas ressaltando que ela não substitui a modalidade escrita do Português.

Trata-se da construção de uma política linguística voltada à comunidade surda que age juntamente a outras políticas e problemáticas, como a da Inclusão, da Acessibilidade e da Alfabetização na língua de maior prestígio no Brasil. O Português, conforme Fiorin (2001, p. 110), ao “[...] estabelecimento de uma política linguística, começa com a

identificação de um problema, que não é de natureza linguística, mas de ordem política, econômica ou cultural, apesar do que podem achar as pessoas implicadas no processo”.

Na disputa entre as distintas modalidades de comunicação (visuoespacial e oral), a dificuldade ou a impossibilidade fonoarticulatória do Português brasileiro, pelas pessoas surdas, refletiu em prejuízos históricos (CAPOVILLA, 2012). Esses fatos começam a ser amenizados à medida que se concede ou se conquista a abertura à Libras dentro e fora da sala de aula, mas somente vêm à tona, quando a necessidade de aprendizagem do Português escrito é centralizada no processo de escolarização.

Considerando as ações em prol da comunidade surda, tem-se, dentre outros efeitos dessa construção política, um crescimento no número de alunos surdos matriculados em escolas de Educação Básica e, conseqüentemente, no número de concluintes, possibilitando que uma considerável gama dessa população adentrasse no Ensino Superior. Como resposta, alguns espaços desse cenário, como a Universidade, a política e a própria escola, por vezes inocupados por surdos, passaram a ser, por força da Lei ou de seus partícipes, bilíngues e bimodais.

Trata-se de uma trajetória complexa que resulta em um ambiente de constantes relações interlíngues que têm se intensificado, no sentido de que se promova a convivência dessas duas línguas diferentes. Os espaços que se abrem e que se criam, possuem caráter grafocêntrico e inevitavelmente solicitam o acompanhamento linguístico de seus utentes. São ambientes negociados pelo domínio da escrita e por um uso (em todos os níveis de análise) do Português considerado de prestígio, requerendo dos surdos, falantes da Libras, compreensão e produção socialmente equiparáveis.

Seja por imposição, por condição ou por escolha, os surdos, inevitavelmente, fazem uso do Português e este se revela, não apenas na escrita, mas na própria produção sinalizada. Como ocorre em qualquer língua disposta em ambiente bilíngue interinfluyente, a Libras veicula, também, expressões não vernáculas.

Sua coocorrência, com o Português brasileiro, gera a adoção parcial e/ou integral de termos da língua oral que, por ser majoritária, apresenta maior força política e de influência. Tal zona de contato interlíngue é capaz de acarretar trocas e ocorrências linguísticas diversas, dentre elas, a nativização: processo crescentemente intensificado pela escolarização e promovido pelas políticas nacionais para pessoas surdas.

Nativização do Português na Libras

Há inúmeras razões pelas quais as trocas linguísticas ocorrem, embora “troca” não seja bem o que se constata quando a relação é intermodal – entre modalidades diferentes. Diante de uma zona interinfluyente, onde uma língua é oral e a outra é de sinais, é comum que apenas a língua de sinais receba os influxos da língua oral. Isso se deve ao fato de a língua oral, geralmente, ter mais prestígio na zona interinfluyente e aos efeitos de modalidade que fazem com que línguas que possuem o trato vocal como articulador primário, rejeitem em seu fundo léxico comum, articuladores não fonatórios (manuais, principalmente). Rejeição essa que parece ser mais social do que linguística.

Empréstimo, então, seria o termo mais adequado nessa relação. Falantes realizam

empréstimos de palavras de outras línguas para preencherem algumas lacunas encontradas no inventário lexical da própria língua. Essas lacunas não são, necessariamente, a ausência de termos específicos. Embora essa seja uma das razões que motive os falantes a tomarem esse empréstimo, ainda mais nesse contexto contemporâneo, no qual novos espaços, antes pouco acessados por surdos, começaram a ser ocupados. Trata-se de uma inovação social, cultural e, conseqüentemente, linguística, pois introduz objetos e ações até então não nomeadas (sinalizadas) pela comunidade falante, gerando a necessidade do uso do termo.

Seguindo o contexto, além dessa razão, alguns sinais nativos⁴ podem não ser considerados de prestígio e/ou o uso de termos da língua oral podem proporcionar o *status* de sujeito bilíngue, tão almejado do âmbito do político. Funções comunicacionais, como a ênfase, a ironia, a descontração, entre outras, também pesam na escolha. Por fim, a mais comum, mencionada por Nascimento (2010), Gesser (2009), Brito (2010) e Nascimento (2009): alguns nomes de municípios, instituições, locais, figuras políticas e pessoas, inicialmente desconhecidos pela comunidade, também passam pelos influxos do Português na Libras.

À medida que a comunidade de fala faz uso dos empréstimos, independente das razões, o termo tomado pode passar por um processo de nativização. Isto é, quando ele perde características alógenas e sofre acomodação no sistema vernáculo da língua destinatária. Essa transição perceptual do estrangeiro para o nativo é, sobretudo, fonológica (LUCAS, 2002). Mas, como falar de empréstimos, se estamos lidando com duas modalidades distintas? E mais, como nativizar um termo alógeno, proveniente de língua oral, numa língua de sinais, considerando que o processo de acomodação é, sobretudo, fonológico?

De acordo com Araujo (2010, p. 1, tradução nossa⁵):

Línguas em contato e transferência linguística, têm sido amplamente pesquisadas no campo da linguística, porque, quando uma língua se depara com uma estrutura fonológica distinta da sua, falantes dessa língua acharão formas de substituir ou ajustar esta estrutura de modo a torná-la pronunciável.

Em confluência com a expectativa supracitada, a Libras e boa parte das línguas de sinais, possuem mecanismos de acolhimento de termos alógenos provenientes de língua oral, que podem ser: a) orofaciais, quando elementos da oralidade são totalmente e/ou parcialmente adotados na articulação não manual dos sinalizadores; e b) datilológicos, quando os elementos da língua oral são retomados a partir da escrita dessa língua, tornando-os pronunciáveis pelo canal manual (LUCAS, 2002).

Percebe-se, neste último caso, que uma terceira modalidade passa a atuar, a escrita. A primeira especificidade que pode ser destacada em estudos intermodais é a possibilidade de associação direta entre o empréstimo e a escrita, com dispensa das implicações da fala (do Português) no processo de acomodação. Eis o motivo pelo qual a escolarização traz implicações a esse contexto. Conforme Machabée (1995, *apud* NASCIMENTO, 2010, p.

⁴ Sinais considerados como parte do núcleo lexical, de acordo com a estratificação apresentada na Figura 4, adaptada de Eccarius (2008).

⁵ *Language contact and language transfer have been largely researched in the field of linguistics because when a language encounters a phonological structure that is not part of its phonology, speakers of that language will find ways to replace or fix the structure so it can be pronounceabl.*

23), “o sistema escrito é o mais próximo que podemos chegar da fonologia de uma língua oral em um modo manual”. Na mesma linha, Quadros e Karnopp (2004, p. 92) afirmam que “O que é único nas línguas de sinais é que o vocábulo estrangeiro [oral] entra na língua [de sinais] via um sistema que representa a ortografia de uma língua estrangeira”. A relação acaba sendo, literalmente, trimodal⁶ (WILCOX, 1992), contudo, a ideia de representação de um sistema por outro pode ser questionável, como veremos no próximo tópico.

Os empréstimos, nativizados ou não, incorporados por canal manual, podem ser chamados de transliterais, que, conforme conceitua Nascimento (2009, p. 61), trata-se da “representação de letras de uma língua oral por Configurações de Mão – CMs – de uma língua de sinais”. A adoção de letras perpassa o sistema ortográfico-lexical da língua oral e se veicula de modo parcial e/ou integral pelo sistema visuoespacial, por meio do escopo datilológico que a língua de sinais disponibiliza. A datilologia é um conjunto de CMs que representa a ortografia da língua oral de mesma zona bilíngue.

Na Libras, essas CMs vão de “A – Z” e são acrescidas de “Ç”, além de alguns acentos que também podem ser realizados conforme observado na (Figura 1).

Figura 1 – Configurações de mão que compõem o escopo datilológico



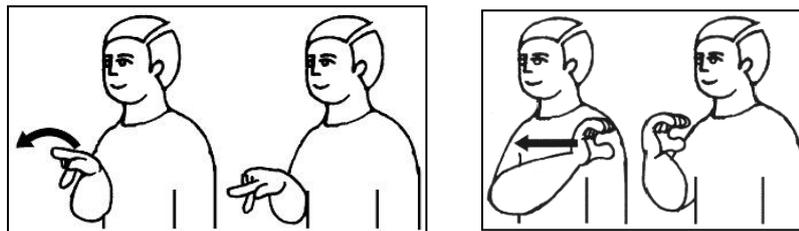
Fonte: <http://sorteodelnino.com/nino-alfabeto-manual-libras>.

Acerca do uso desse escopo, temos as realizações parciais que não elegem todos os elementos da esfera ortográfica-lexical, como por exemplo, o sinal de PROFESSOR ou CUNHADO (Figura 2) em Libras sofre apenas um processo de Inicialização (BRITO, 2010), com a adoção única da letra inicial do termo no Português (P e C, respectivamente).

E, além disso, temos as realizações integrais ou soletrações, que selecionam o termo ortográfico-lexical, mas não necessariamente as letras, embora se apresentem por meio da datilologia, visto que atravessam o sistema ortográfico. São exemplos dessa realização, as soletrações manuais (ou datilológicas), como os sinais de PÓS e BABÁ (Figura 3), ou quaisquer soletrações que se queira fazer.

⁶ Nesse caso, há três modalidades envolvidas: oral, visuoespacial e escrita.

Figura 2 – Sinal de PROFESSOR e CUNHADO em Libras, resultantes de um empréstimo de Inicialização



Fonte: Capovilla (2012).

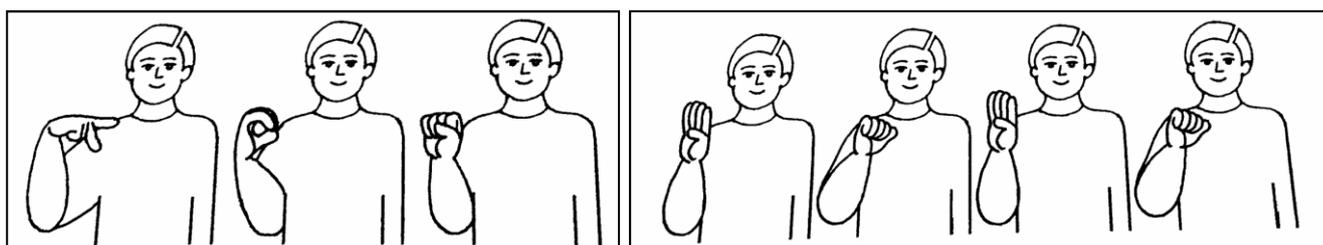


Figura 3 – Sinal de PÓS e BABÁ em Libras, resultantes de um empréstimo por Transliteração (Soletração)

Fonte: Capovilla (2012).

Pelo viés do empréstimo linguístico, a soletração e o próprio escopo datilológico, encontram um espaço subalterno, por se compreender que a ocorrência desse fenômeno é atribuída a situações restritas, como por exemplo: para soletrar nomes próprios de pessoas ou lugares, para se referir a siglas e para preencher a carência de algum vocábulo na língua de sinais (NASCIMENTO, 2010).

Além disso, nega-se maior atenção à soletração por se julgar tais ocorrências como não incorporadas ao léxico da Libras (BRITO, 2010) ou por considerá-la como sendo secundária/derivada, representando a escrita. No entanto, quando se discutem empréstimos, parece contraditório posicionar a soletração e o escopo datilológico num segundo plano, tendo em vista que esses elementos são facilmente identificáveis como não vernáculos e ocorrentes na língua, independente das funções que exercem nela.

O fato é que as soletrações são tão presentes nas línguas de sinais, que algumas delas se tornam glosa. Para Nascimento (2010), Gesser (2009), Brito (2010), Aguiar (2012), Nascimento (2009) e Baker-Shenk e Cokely (1980) é somente a partir daí que elas são consideradas como empréstimos genuínos, pois assumem formas parecidas com a dos sinais.

Na tentativa de lidar com o paradoxo de considerar algumas soletrações como empréstimo e outras não, alguns teóricos classificam essas soletrações como: a) lexicalizadas, sendo aquelas que incorporam padrões do sistema linguístico da língua de sinais em questão e modificam a sua estrutura, geralmente no que diz respeito ao movimento e aos demais parâmetros (BRENTARI, 2011), podendo ser consideradas como sinais da língua de sinais; e b) neutras, compreendidas como mera sequência de letras, cuja realização, conforme explicitado, é pouco considerada (HAPTONSTALL-NYKAZA e

SCHICK, 2007; BATTISON, 1978).

Se levarmos em consideração os achados acerca de empréstimos intermodais, poderemos afirmar que os empréstimos transliterais lexicalizados correspondem ao que entendemos por nativização, embora esse processo não parta diretamente da língua oral, mas da sua veiculação pela modalidade escrita. Mas, o que leva à compreensão de que uma soletração se nativizou? Seria seu registro formal, seu modo de uso, sua frequência de uso ou sua acomodação particular? Há um padrão de realização que a define? Sobre a soletração neutra, não poderíamos considerá-la, também, como sinal, tendo em vista que atravessam o sistema da língua de sinais e abandonam o registro de origem – a escrita? Essas e outras questões permanecem incipientes, à medida que as distinções apontadas entre a soletração lexicalizada e a neutra, ainda não são claras.

Contudo, o entendimento que se tem de língua e desse fenômeno, pode sustentar uma perspectiva de soletração mais alógena ou mais nativizada, podendo fazer com que uma mesma palavra datilológica possa ser mais vista como sinal ou mais vista como representações de letras, a depender do ponto de vista de análise e descrição que se assume.

Veremos, na sequência, algumas discussões acerca do sistema datilológico nas línguas de sinais que podem elucidar alguns pontos. Para tanto, não centramos a discussão na distinção entre soletração lexicalizada e neutra. Damos foco aos modelos propostos de descrição do sistema.

O escopo datilológico da Libras

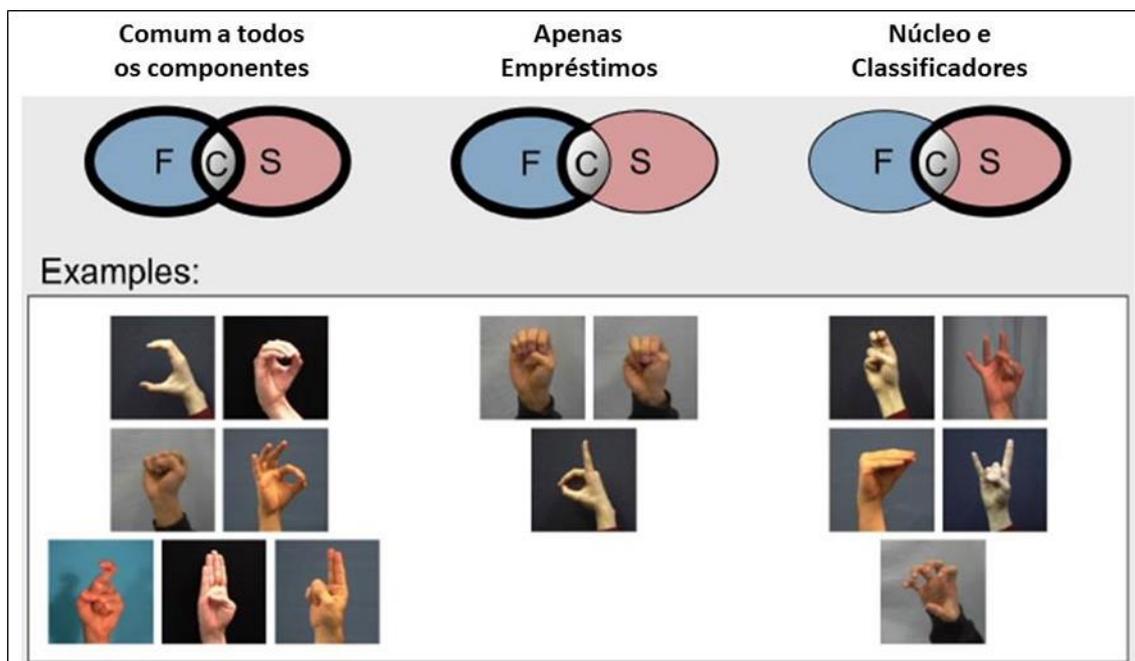
A datilologia tem sido pouco estudada nas descrições linguísticas propostas às línguas de sinais. Isso se deve, em parte, ao entendimento de que ela compõe uma porção marginal do sistema dessas línguas por ser mera representação de outro sistema (LUCAS, 2002). Nesse raciocínio, a datilologia é secundária ou mesmo terciária e não traz contribuições para o entendimento da estrutura da língua, por ser derivada da escrita e tomá-la como base (KLIMA e BELLUGI, 1979 *apud* LUCAS, 2002).

Sob outro olhar, o escopo datilológico está inteiramente envolvido com o principal parâmetro articulador de sinais: as CMs. Além de ser composto, prioritariamente por CM, ele coexiste em confluência com o fundo léxico comum da Libras, o qual possui a maior parte das CMs estáticas (ECCARIUS, 2008). Isto é, das 27 CM (Figura 1), apenas 6 possuem movimento interno. Podemos observar, também, que o escopo é altamente produtivo, principalmente por compor parte das CMs articuladoras do fundo léxico comum.

A Figura 4, proposta por Brentari e Padden, (2001 *apud* ECCARIUS, 2008) demonstra a distribuição das CMs na base lexical da *American Sign Language (ASL)*. É possível observar que as CMs, que são exclusivamente produtivas em léxicos provenientes de empréstimos, não são a maioria. Boa parte do escopo datilológico também é compartilhado com sinais considerados nativos e lexicais (Núcleo e Classificadores).

O mesmo ocorre com a Libras (AGUIAR, 2012).

Figura 4⁷ – Distribuição de CMs nos componentes lexicais da ASL



Fonte: adaptado de Eccarius (2008).

Semelhante à relação entre a ASL e o inglês, percebemos que, potencialmente, o escopo datilológico é a melhor ponte entre a Libras e o Português brasileiro – ainda que na modalidade escrita – no processo de nativização. Ademais, há produtividade com as CMs que compõem o escopo datilológico que perpassa os componentes de origem alógena, tais como os sinais demonstrados na Figura 2 (HAPTONSTALL-NYKAZA e SCHICK, 2007).

A soletração é a veiculação do escopo datilológico pelo canal manual. Se compreendemos o escopo como parte integrante do sistema da língua de sinais, a soletração, conseqüentemente, deve obedecer a seu sistema de origem e não aos componentes ortográficos. Nessa perspectiva, não podemos considerar o escopo datilológico como representação de letras, pois além de não apresentarem traços comuns aos do sistema alfabético-ortográfico, a sua veiculação obedece ao sistema da língua de sinais.

Com isso, a soletração manual estaria mais para a pronúncia (de palavra datilológica) do que para a soletração (de palavra ortográfica), tendo em vista que o modo como se manifesta difere da escrita e do sistema da língua oral. Assim como a escrita de uma determinada língua oral não representa a sua língua correspondente (FARIA e LIMA, 2013), a datilologia não representa o alfabeto, nem necessariamente as normas ortográficas. Algumas soletrações, por exemplo, podem omitir letras, acento ou até mesmo inverter a ordem dos segmentos (VALLI e LUCAS, 2000, p. 64). Isso se reflete no modo como se compreende o processo de reconhecimento de palavras datilológicas e o contrário também

⁷ “F”, do inglês, *Foreign*; “C”, do inglês, *Core*; e “S”, do inglês, *Spatial* (Classificadores). O agrupamento ilustra a estratificação do léxico na ASL.

é verdade: o processo de reconhecimento pode refletir indícios do sistema.

Vemos, nos estudos psicolinguísticos, diferentes contribuições para o entendimento desses aspectos. O elemento característico do padrão sistêmico da soletração, por exemplo, parece ser identificável a partir de estudos sobre a percepção. Os modelos apresentados a seguir, são resultados de uma síntese proposta por Araújo-Neto (2017) e abordam duas perspectivas encontradas acerca da soletração. Embora os modelos não sejam confluentes, ambos trazem pontos relevantes ao entendimento da estrutura da língua de sinais e da realização/percepção do escopo datilológico, reafirmando – ou não – o que se diz sobre o processo de nativização.

Modelo letra-por-letra

As discussões apresentadas por Nascimento (2010), Gesser (2009), Brito (2010) e Nascimento (2009), acerca da soletração datilológica, consideram o empréstimo transliteral como a simples correspondência estática entre as letras do alfabeto ortográfico e suas respectivas CMs na língua de sinais de mesma zona interlíngua. Quando se trata do processo nativização, no entanto, não há consistência nesses estudos em definir o porquê de alguns desses influxos serem considerados componentes lexicais, quando se observa a fluidez estrutural na sua produção e percepção, adquirida em tenra idade (PADDEN, 1991 *apud* LUCAS, 2002).

O modelo não reconhece a particularidade da transição entre as letras de uma sequência soletrada, mas apenas a soma total das letras individualizadas. Além disso, prende-se à ideia de representação da escrita; de posição periférica no sistema da língua de sinais; de associação entre alfabetismo e reconhecimento das produções datilológicas e às funções excepcionais de empréstimos, que distinguem tais produções dos sinais do fundo lexical comum. Conforme Tweney (1978 *apud* WILCOX, 1992, p. 17, tradução nossa⁸), “tais sistemas não são línguas de sinais, mas sim códigos manuais de línguas orais”.

Wilcox (1992), apesar de criticar esse modelo e defender a integridade do sistema datilológico, sustenta a ideia de o escopo datilológico como representação de outro sistema. Klima e Bellugi (1979 *apud* WILCOX, 1992, p. 16) também apontaram a inadequação de modelos desse tipo, mas não foram além disso em seus estudos descritivos sobre língua de sinais, por considerarem essa questão como sendo periférica e não sistêmica. Bornstein (1978 *apud* WILCOX, 1992, p. 17, tradução nossa⁹), semelhantemente, afirma: “Tecnicamente, o alfabeto manual não é um sistema de sinais. Trata-se de uma variante do inglês escrito. No entanto, qualquer grau razoável de habilidade exige que seu funcionamento em nível de palavra e não de letra. Para ler a uma sequência confortável de transmissão é preciso poder ver as palavras”.

Ora, se é necessário ver palavras e não letras, para compreender soletrações datilológicas, tais realizações precisam parecer palavras, ainda que em disposição sequencial, porém dinâmica, diferente da palavra ortográfica que possui as letras em disposição sequencial estática. A soletração confere ao escopo datilológico o dinamismo que a letra

⁸ *Such systems are not sign languages but, rather, manual encodings of vocal languages.*

⁹ *Technically, the manual alphabet is not a Sign system. It is really a variant of English print. Nevertheless, any reasonable degree of skill requires one to function at a word rather than a letter level. To read at a comfortable rate of transmission one must be able to see words.*

estática não possui. É o modo de veiculação da sequência (pronúncia) que a faz parecer palavra – sinal – e torna a sua compreensão possível.

Brentari (2010, p. 318, tradução nossa¹⁰) observou que:

sinais sem movimento inerente, como os sinais numéricos de 1 a 9, recebem um movimento epentético direto extra curto quando usados como palavras independentes. Jantunen afirma que o mesmo se aplica aos números sem movimento de 0 a 8 em FinSL¹¹, bem como às letras escritas a dedo que não contêm movimento em sua forma básica.

Essa afirmação é utilizada por Brentari (2010) para reforçar o argumento de *Minimal Word*, no qual toda palavra bem formulada deve conter ao menos uma sílaba. Em seus estudos, o movimento é um dos principais segmentos capazes de conferir *status* silábico em línguas de sinais. Ou seja, não há produção estática em língua de sinais, nem mesmo de letra datilológica, o que nos leva ao entendimento de que o movimento é uma das bases do processo de nativização.

No que diz respeito à associação entre alfabetização e datilologia, sustentada por Gesser (2009), por exemplo, Padden (1991 *apud* HAPTONSTALL-NYKAZA e SCHICK, 2007) afirma não haver relação num estágio inicial de produção/percepção. Segundo Kelly (1995, *apud* HAPTONSTALL-NYKAZA e SCHICK, 2007) apenas posteriormente, por volta dos três anos de idade, a criança começa a estabelecer essa relação.

Além disso, há indícios de que os influxos começam a compor o sistema lexical da criança a partir dos treze meses de vida (AKAMATSU, 1982; ANDERSON e REILLY, 2002; ERTING, THUMANN-PREZIOSO, e SONNENSTRAHL- BENEDICT, 2000; KELLY, 1995; MAXWELL, 1988; PADDEN, 1991; PADDEN e LEMASTER, 1985 *apud* HAPTONSTALL-NYKAZA e SCHICK, 2007).

Esses achados reforçam a integridade do sistema datilológico e apontam à natureza vernácula que ele compartilha com o fundo lexical comum. O modelo a seguir reconhece que a estrutura datilológica é componente sistêmico da língua de sinais. Sendo assim, a peculiaridade linguística do escopo permite a nativização intermodal de termos provenientes de língua oral.

Modelo de evidência visual

Este segundo modelo, sustentado por autores como Wilcox (1992), Akamatsu (1982 *apud* WILCOX, 1992), Padden e LeMaster (1985 *apud* WILCOX, 1992) e Brentari (2010), destaca o papel do movimento na realização da soletração, que faz com que a sequência soletrada se torne mais semelhante a um sinal do que a uma junção de letras, justificando por que a produção e a percepção desse fenômeno é usual e possível, até mesmo em crianças em fase de aquisição e não alfabetizadas.

¹⁰ *inherently movementless signs such as the numeral signs 1 to 9 are given an extra short straight epenthetic movement when used as independent words. Jantunen states that the same is true also with the movementless numerals 0 to 8, as well as with fingerspelled letters containing no movement in their base form.*

¹¹ Língua de Sinais Finlandesa.

O modelo destaca as particularidades de transição em uma dada sequência de letras, sobrepondo o movimento realizado nessa sequência em relação às CMs. As CMs e os traços que representam as letras são secundários no reconhecimento de palavras. A palavra é reconhecida, mas não necessariamente as letras, podendo haver, inclusive, omissões e alterações na produção da soletração. O que também é verdade no reconhecimento de palavras ortográficas, de acordo com o efeito conhecido como *Word Superiority Effect* (WHEELER, 1970).

Efeitos fonéticos e fonológicos, comuns em língua oral, podem ocorrer também em língua de sinais, inclusive no que diz respeito ao escopo datilológico. São os casos de coarticulação na soletração, quando padrões sistêmicos da língua de sinais se espalham e alcançam a datilologia, que possui relação alógena, conforme explicita Daniloff e Hammarberg (1973, *apud* WILCOX, p. 24, 1992, tradução nossa¹²).

A noção de coarticulação pressupõe a existência de segmentos, isto é, formas canônicas de articulação. A coarticulação resulta da interação desses segmentos canônicos por meio de um mecanismo... que pode envolver o "espraiamento de características", isto é, o espraiamento de uma característica inerente a um segmento canônico para outro segmento ao qual o recurso não é inerente. O resultado deste processo é uma "suavização" das transições entre os segmentos e, assim, transforma uma sequência de entidades em um contínuo.

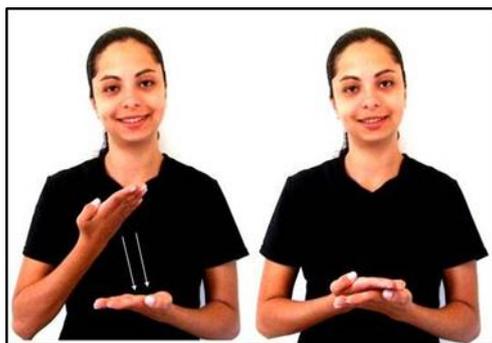
O modelo se aplica ao processo de nativização transliteral (da ortografia para a datilologia), mas em alguns casos, pode não se aplicar ao processo de reconhecimento. Isso ocorre, por exemplo, quando sequências aleatórias e estranhas à zona interlíngua são soletradas – exceto se convencionalizada pela comunidade falante. Tal produção, além de ser artificial não comporia sentido, por mais nativizada que parecesse. O reconhecimento perpassa o sistema semântico das línguas em contato.

O padrão de nativização e de composição do sinal, aplicável a qualquer sequência datilológica, envolve uma noção particular de sílaba e de evidência visual¹³ que está relacionada com o movimento. Nela, o sinal considerado parte do fundo do léxico comum da língua deve ter, no máximo, duas sílabas e cada sílaba é constatada a partir das evidências visuais que o sinal apresenta. Essas evidências são hierarquizadas de acordo com a amplitude do movimento. Assim, movimentos mais abrangentes (Figura 5), como aqueles que possuem o cotovelo como nó, são mais evidentes do que aqueles menos abrangentes (Figura 6), como os que possuem o metacarpo (base dos dedos) como nó, conforme a seguinte hierarquia (BRENTARI, 2010, p. 316): ombro → cotovelo → pulso → metacarpo (base dos dedos) → falange (prolongamento dos dedos).

¹² The notion of coarticulation presupposes the existence of segments, i.e. canonical forms of articulation. Coarticulation results from the interaction of these canonical segments by means of a mechanism ... which might involve "feature spreading", i.e. the spreading of a feature inherent to one canonical segment to another segment to which the feature is not inherent. The result of this process is a "smoothing out" of the transitions between the segments and thus turns a sequence of entities into a continuum.

¹³ Para Brentari (2010), os movimentos exercem a função de sonoridade nas sílabas, semelhante ao que ocorre em línguas orais. Por razões terminológicas, denominaremos a sonoridade da sílaba de "evidência visual".

Figura 5 – Sinal de ESTUDAR, cujo movimento possui o cotovelo como nó



Fonte: Disponível em <http://ermessonnascimento.blogspot.com.br/2014/08/gramatica-da-lingua-de-sinais.html>

Figura 6 – Sinal de NOITE, cujo movimento possui o metacarpo como nó



Fonte: Disponível em <http://ermessonnascimento.blogspot.com.br/2014/08/gramatica-da-lingua-de-sinais.html>

Nesse entendimento, para que a soletração seja considerada nativizada, é necessário que ela possua, no máximo, duas sílabas. Ou seja, duas evidências visuais. Como o escopo datilológico é realizado num ponto de articulação restrito, os movimentos se concentram hierarquicamente entre: pulso → metacarpo → falange. Tendo em vista que cada CM do escopo altera a sua forma em relação aos dedos, percebemos apenas duas possibilidades de acomodação: a) omissão de CMs; e b) deslocamento dos movimentos dos dedos para o pulso, tornando os movimentos dos dedos menos evidentes visualmente (sem compor sílaba) e envelopando-os num conjunto mais abrangente.

Akamatsu (1982 *apud* WILCOX, 1992) afirma que a soletração não é inteligível por adultos quando é segmentada em CMs individuais. Pelo contrário, ela é perfeitamente inteligível quando é produzida num todo. Estudos sobre aquisição de sistema datilológico realizados por Padden (1991 *apud* HAPTONSTALL-NYKAZA & SCHICK, 2007) afirmam que algumas soletrações de crianças podem ser incompreensíveis, mesmo que sejam realizadas com CMs legíveis; ao passo em que, outras soletrações, realizadas com CMs ilegíveis, são compreensíveis. Esses estudos posicionam as CMs do escopo datilológico em um segundo plano no processo de reconhecimento e, conseqüentemente, no de nativização, reforçando o papel no movimento nesse fenômeno.

Considerações finais

O contexto de escolarização, promovido pela política linguística, voltada à Libras, intensifica as relações interlíngues e torna, cada vez mais comum, o uso de influxos provenientes do Português na Libras, sobretudo os de origem escrita, fazendo-se necessário compreender como esse processo ocorre, considerando que as línguas envolvidas são de modalidades diferentes. Percebemos que, mesmo em condições bimodais, que aparentemente restringem as vias de influência de uma língua para outra, os empréstimos acontecem e o processo de nativização pode se efetuar por meio da soletração datilológica.

As adoções por soletração, por mais que sejam consideradas neutras e não lexicalizadas, podem ser nativizadas, desde que se atribua as acomodações com as quais o sistema da língua já está familiarizado (HAPTONSTALL-NYKAZA e SCHICK, 2007), o que sugere que a relação fonológica-ortográfica, proveniente da língua oral, não se mantém quando ocorre uma transliteração.

Acerca dos modelos de descrição do sistema datilológico, podemos afirmar, a partir de uma releitura dos conceitos de empréstimo lexicalizado e neutro, que o modelo descritivo de estrutura datilológica letra-por-letra sustenta a ideia de soletração neutra, no sentido de que não enxerga traços sistêmicos no uso soletrado, ao passo que o modelo da evidência virtual dá suporte ao que se denomina por soletração lexicalizada. E, além disso, dá suporte a qualquer tomada de empréstimo, tendo em vista que a ideia de empréstimo lexicalizado, aceita a possibilidade de nativização ao afirmar que alguns influxos se tornam parte do léxico da língua. Em outras palavras, significa dizer que o sistema está preparado à recepção e, principalmente, à acomodação do termo alógeno.

Por fim, compreendemos que o acolhimento de palavras sonoras, na língua de sinais, se efetua, principalmente, pelo escopo datilológico que perpassa o sistema visual ortográfico, com relevância para o papel do movimento em sua execução soletrada. Esse processo é capaz de gerar evidência visual, abandonando os vestígios de sonoridade e tornando a soletração estruturalmente semelhante aos sinais que compõem o fundo léxico comum da língua em questão. Contudo, ratificamos que a evidência e a estrutura de composição do sinal, são aspectos que ainda precisam ser aprofundados.

Referências

AGUIAR, Mônica Cruz de. Descrição e análise dos sinais topônimos da Libras. *In*: ALBRES, Neiva de Aquino; XAVIER, André Nogueira. (orgs.). **Libras em estudo: descrição e análise**. São Paulo: FENEIS, 2012. Disponível em: https://libras.ufsc.br/wp-content/uploads/2019/09/2012-07-ALBRES-e-XAVIER_LIBRAS_des_ana.pdf. Acesso em: 02 mar. 2020.

ARAÚJO, Débora. **Loan Word Phonology vs Second Language Phonology: Evidence from Brazilian Portuguese**. 2010. Disponível em: <https://vdocuments.mx/loanword-phonology-versus-second-language-phonology-phonology-versus-second.html>. Acesso em: 05 nov. 2015.

ARAÚJO-NETO, Humberto Meira de. **Estratégias de reconhecimento visual de palavras ortográficas e datilológicas por pessoas surdas: relação entre natureza lexical e fonologia**. Dissertação (Mestrado em Linguística), Faculdade de Letras, Universidade

- Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, 2017. 91 p. Disponível em:
<http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1799>. Acesso em: 01 mar. 2020.
- BATTISON, Robbin. **Lexical borrowing in American Sign Language**. Silver Springs, MD: Linstok Press, 1978.
- BRENTARI, Diane. **Sign Languages**. Cambridge University Press, 2010.
- CALABRESA, Andrea; WETZELS, W. Leo. **Loan phonology**. Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science. Series IV, Current issues in linguistic theory. John Benjamins B.V, 2009.
- CAPOVILLA, Fernando César. A evolução nas abordagens à educação da criança surda: do oralismo à comunicação total, e desta ao bilinguismo. *In*: CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte; MAURÍCIO, Aline Cristina L. **Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) baseado em linguística e neurociências cognitivas, de A a Z**. 2. Ed., v. 2, São Paulo: Edusp, 2012.
- ECCARIUS, Petra Nichole. **A constraint-based account of handshape contrast in sign languages**. Dissertação (Mestrado em Linguística), Programa de Pós-graduação em Linguística, Purdue University, 2008. 166 p. Disponível em:
<http://www.mscs.mu.edu/~brylow/papers/Eccarius08diss.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2020.
- FARIA, Nubia Rabelo Bakker; LIMA, Dayanne Teixeira. Escrita e oralidade sob os efeitos da teoria saussuriana. *In*: SOUZA, Diego dos Santos; VERÇOSA, Victor Mata; FARIA, Nubia Rabelo Bakker. (orgs.). **Caleidoscópio através das letras**. Edufal: Maceió, , 2013.
- NASCIMENTO, Sandra Patrícia de Faria do. **Representações Lexicais da Língua de Sinais Brasileira: uma proposta lexicográfica**. Tese (Doutorado em Letras) Instituto de Letras, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2009. 290 p. Disponível em:
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/6547>. Acesso em: 02 mar. 2020.
- BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
- FIORIN, José Luiz. Considerações em torno do projeto de Lei n. 1.676/99. *In*: FARACO, Carlos Alberto. (org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- GESSER, Audrei. **Libras, que língua é essa?** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- HAPTONSTALL-NYKAZA, Tamara S.; SCHICK, Brenda. The transition from fingerspelling to english print: facilitating english decoding. **Journal Of Deaf Studies And Deaf Education.**, [S. l.], p. 172-183, v. 24, Feb., 2007. Disponível em:
<http://jdsde.oxfordjournals.org/content/12/2/172.full.pdf+html>. Acesso em: 15 jan. de 2015.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Editora Cultrix, 2010.

LUCAS, Ceil. **Turn-taking, fingerspelling, and contact in signed languages.** Washington: Gallaudet University Press, 2002.

NASCIMENTO, Cristiane Batista do. **Empréstimos linguísticos do português na Língua de Sinais Brasileira – LSB:** línguas em contato. Dissertação (Mestrado em Linguística), Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL), Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2010. 112 p. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9013/1/2010_CristianeBatistadoNascimento.pdf. Acesso em: 02 mar. 2020.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

WHEELER, Daniel D. **Processes in word recognition.** Cognitive Psychology, v. 1, p. 59-85, 1970. Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/32833/0000208.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 mar. 2020.

WILCOX, Sherman. **The phonetics of fingerspelling.** Amsterdam e Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1992.